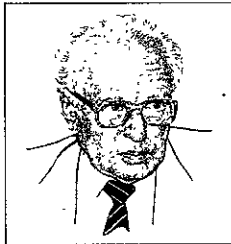


JOSÉ GOLDEMBERG

Amazônia e paranóia

A lentidão do governo federal em enfrentar os problemas do desmatamento na Amazônia está encorajando certas paranóias que podem ser mais prejudiciais ao País do que à própria destruição gradativa da floresta em termos de perda de credibilidade.



Preservação da floresta interessa, em especial, aos 20 milhões de habitantes da região

O mais recente exemplo é o comportamento do governo ao assistir passivamente à aprovação, numa das comissões da Câmara dos Deputados, do relatório de um deputado ruralista do Paraná permitindo o desmatamento de 50% da área das fazendas da Amazônia. O limite anterior era de 20%. O argumento de que o Congresso é independente do Executivo não se sustenta. A aprovação ocorreu por 11 votos contra 3, o que significa que o governo – que usualmente tem maioria na Câmara – simplesmente se omitiu porque havia matérias mais importantes a serem votadas no plenário, como o salário mínimo, e ele não desejava alienar o voto dos deputados “ruralistas”.

Essa aprovação foi interpretada por organizações não-governamentais (ONGs), no Brasil e no exterior, como uma concordância tácita com o desmatamento na Amazônia. Essa percepção já existia na mente de muitos, porque esse desmatamento está crescendo e já é cerca de 50% maior do que era em 1991, tendo atingido o nível de 16 mil quilômetros quadrados em 1999.

Daí a grita nacional e internacional contra essa política de omissão, o que levou o governo tardiamente a tomar algumas medidas, como anular a desastrada deci-

são da comissão da Câmara dos Deputados e reeditar a medida provisória anterior que assegurava um mínimo de proteção à floresta.

O mal, contudo, já estava feito e, com as facilidades que a Internet criou, começaram a surgir sugestões de “internacionalizar” a Amazônia para protegê-la, já que o

governo brasileiro aparentemente não o faz.

É preciso lembrar que a Internet aceita tudo, até pornografia, e não é possível controlar o que um estudante de uma escola situada no interior dos Estados Unidos coloca nela, como, por exemplo, um novo mapa do Brasil excluindo a Amazônia do mapa usual que todos conhecemos.

Transformar essas incursões na Internet numa tentativa séria de interferir com a soberania nacional é pura paranóia, mas, aparentemente, foi o que ocorreu. A

situação chegou a tal ponto que até o embaixador dos Estados Unidos se manifestou a respeito, tentando desmistificar o episódio.

Não é a primeira vez que uma situação como essa ocorre. No fim do governo Sarney, em 1989, foi decidida a divisão das reservas dos índios ianomâmis, em Roraima, em 18 reservas menores, para permitir a circulação dos mineradores em torno delas, o que certamente levaria à completa destruição dessas tribos indígenas. O fato de as reservas se situarem na região fronteira com países vizinhos só complicava a situação.

A grita internacional que se originou dessa iniciativa foi tal que fez surgir também a idéia de criar uma zona internacional para proteger a “nação” ianomâmi. Apesar de essa proposta ter sido feita por organizações não-governamentais insignificantes, ela criou a paranóia de que a integridade territorial do País estava em perigo e medidas precisavam ser tomadas contra isso.

Diante dessa situação, o governo Collor tomou a única medida sensata cabível, que era a de revogar a deci-

são do governo Sarney e assegurar aos ianomâmis uma grande reserva indígena, única forma de manter sua integridade e cultura. Isso resolveu o problema e, já passados dez anos, nunca mais se ouviu falar no assunto nem nas paranóias que existiam na ocasião.

Elas renasceram agora por inoperância das autoridades responsáveis pela preservação da Amazônia. Essa preservação, é preciso que se diga, não interessa só a grupos de ambientalistas bem ou mal-intencionados do exterior. Ela interessa primordialmente aos brasileiros, particularmente aos quase 20 milhões de habitantes que vivem naquela região.

O problema é que é preciso ter coragem para enfrentar prefeitos “desenvolvimentistas”, fazendeiros e madeireiros inescrupulosos e até assentamentos legais ou ilegais que redundam na depredação da floresta por meio de uma exploração que não é sustentável. Não se pode esquecer que a floresta amazônica não se formou sobre terras férteis, como a terra roxa de São Paulo. Aquele ecossistema é frágil e o desmatamento indiscriminado levará à desertificação a maioria das áreas. Em outras palavras, a floresta só pode ser destruída uma vez, dando talvez algum lucro imediato a uns poucos, mas que não se vai repetir no futuro, como a agricultura sustentada do Sul do País.

É oportuna, portanto, sob todos os pontos de vista, a formulação de uma política agressiva de proteção à floresta amazônica. Essa é a resposta necessária, e não a de alimentar teorias conspiratórias que só criam confusão e afastam o governo das funções que realmente deve exercer.

